

Na primeira parte do ano legislativo, o Senado não chegou a reprisar o nível dos debates que o seu plenário oferecia há dois ou três anos. A expectativa formada no início da Legislatura não se confirmou, mas isso não significa propriamente uma queda significativa e, sim, um provável reflexo da indefinição na política econômica brasileira.

Essa constatação é confirmada pela simples análise dos pronunciamentos mais importantes do semestre, todos ou quase todos calcados nos problemas econômicos, em especial o perfil da dívida externa, com suas consequências imediatas, a começar pela iminência de uma moratória.

O debate de maior impacto foi o resultante do longo pronunciamento do senador Roberto Campos, com idéias que as Oposições consideraram ultrapassadas ou antigas, inadequadas, portanto, ao atual momento de crise. Campos preocupou-se sobretudo com o problema do desemprego e, paralelamente, formulou de uma vez só uma dezena de projetos de lei de natureza econômico-social.

Sem a repercussão alcançada pelo ex-Embaixador e ex-Ministro do Planejamento, os discursos preferidos no mesmo período pelo líder do PDT, Roberto Saturnino, foram igualmente de análise da crise econômica. Possivelmente, os pronunciamentos mais objetivos em torno do tema, os primeiros a advertir que a única alternativa brasileira é a moratória.

POLÍTICA

No campo político-institucional, o PMDB foi o mais presente, com intervenções frequentes do líder Humberto Lucena, reafirmando as posições do partido em favor de uma nova ordem institucional e na defesa da Constituinte e da revogação da atual Lei de Segurança Nacional. A LSN também mereceu as atenções do líder do PTB, Nelson Carneiro, que conseguiu a criação de uma Comissão Especial para estudar a sua reforma.

Foi porém a disputa sucessória, com a precipitação no lançamento de muitos **presidenciais**, o tema preferido entre os assuntos levados ao debate político.

As discussões ensejaram ao PMDB, principalmente, a defesa de eleições diretas para Presidente da República. Isso ocorreu principalmente quando a perspectiva de reeleição de Figueiredo ganhou espaço. O PMDB e o PDT valeram-se desse debate para situar a reeleição presidencial como provável peça de barganha para alterar as regras eleitorais, com o restabelecimento do pleito direto.

AS EXPECTATIVAS

A expectativa que se



Discurso de Campos, o ponto alto

criara em torno da atuação dos novos parlamentares se justificou pela eleição de expressivos nomes para o Senado, a começar por dois ex-ministros: Severo Gomes (PMDB-SP) e Roberto Campos (PDS-MT). Dentro desse quadro, os chamados discursos de estréia eram aguardados para se avaliar o desempenho desses nomes. Alguns se destacaram mais, como os proferidos pelos senadores Alvaro Dias (PMDB-PR), Fernando Henrique Cardoso (que assumiu no lugar do hoje governador de São Paulo) e Marco Maciel (PDS-PE), além, naturalmente, dos discursos feitos pelos dois ex-ministros.

O líder do PDS, Aloysio Chaves, participou dos debates suscitados nessas ocasiões e, a rigor, não se viu obrigado a enfrentar problemas mais sérios no desenvolvimento de sua missão. As posições do Governo foram por ele enfatizadas, em termos adequados e na defesa da política institucional e econômica em vigor.

Chaves agiu estrategicamente, antecipando-se à iniciativa oposicionista para a convocação de ministros de Estado, para explicações em plenário sobre os problemas do momento, notadamente a crise econômica e o chamado escândalo da Capemi. Ali estiveram, graças a requerimento do líder, os ministros Ernane Galvêas, Delfim Netto e Amaury Stabile.

DELFINO

A presença do Ministro do Planejamento no plenário se constituiu num dos mais importantes acontecimentos do Senado nessa primeira parte dos trabalhos. O debate estabelecido, então, deu oportunidade a que o Legislativo se apresentasse com elevação no exame da crise econô-

mica brasileira. As Oposições se apresentaram preparadas para esse debate, com perguntas objetivas ao condutor da política oficial.

Conduta semelhante registrou-se por ocasião do comparecimento ao plenário do ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, para prestar esclarecimentos sobre a política cambial, inclusive a maxidesvalorização do cruzeiro.

LEIS

Na parte legislativa propriamente dita, o Senado não apresentou produção expressiva, mas, também, não houve obstrução nas votações em plenário. Foi possível manter a pauta da Ordem do Dia em níveis normais de deliberação, permitindo a aprovação de projetos de resolução relativos à contratação de empréstimos pelos Estados e Municípios.

Também não houve, como em semestres anteriores, divergências de grande porte entre a liderança da maioria e os oposicionistas no encaminhamento das pautas de votações. O PDS, salvo uma ou duas vezes, não enfrentou quaisquer problemas para reunir "quorum" em plenário: a bancada governista soma atualmente 46 representantes, o que lhe permite respirar aliviada (o "quorum" mínimo exige 35).

A pauta da Ordem do Dia, por sinal, nesse primeiro semestre, foi extremamente fraca. Boa parte das proposições versou sobre o desarquivamento de matérias antigas, arquivadas na Legislatura passada, as quais, assim, devem retornar à tramitação.